

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
XLII CONCURSO PARA INGRESSO NA MAGISTRATURA
DE CARREIRA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

EDITAL

O Desembargador JOSÉ CARLOS SCHMIDT MURTA RIBEIRO, Presidente da Comissão de Concurso para Ingresso na Magistratura de Carreira do Estado do Rio de Janeiro, FAZ PÚBLICO, aos interessados, em complementação ao Edital de abertura do XLII Concurso para Ingresso na Magistratura, o programa do referido concurso:

DIREITO CIVIL (e consumerista)

PONTO I

a) Normas jurídicas. Métodos, técnicas e meios de integração. Princípios e sua influência na aplicação, interpretação e integração da ordem jurídica. Direito subjetivo. Direito potestativo. Faculdade jurídica. Direito adquirido. Expectativa de direito. Fatos e atos jurídicos. Ato jurídico perfeito. Coisa julgada. Conflito de leis no tempo e no espaço. Relação jurídica.

b) Condomínio voluntário e Condomínio necessário. Condomínio de fato. Associações de moradores. Condomínio edilício: órgãos. Síndico. Funções. Cota condominial. Natureza jurídica. Extinção do condomínio. Incorporação imobiliária.

c) Responsabilidade civil e consumerista. Teorias subjetiva, objetiva e ecléticas.

PONTO II

a) Direito de acrescer entre herdeiros e legatários: legado. Conceito. Classificação. Legado de coisa alheia. Alienação de coisa legada. Legado de imóvel. Extensão. Efeitos do legado. Caducidade. Quota vaga de herança e do legado. Usufruto conjunto.

b) Adimplemento e extinção das obrigações: pagamento. Dação em pagamento. Confusão. Remissão de dívidas. Novação. Compensação. Imputação de Pagamento. Pagamento em consignação. Pagamento em sub-rogação.

c) Responsabilidade civil extracontratual e consumerista.

PONTO III

a) Personalidade. Dignidade da pessoa humana. Pessoas naturais. Capacidade. Nascituro. Direitos da Personalidade. Transplante de órgãos. Domicílio. Ausência. Sucessão provisória. Sucessão definitiva.

b) Locação das coisas. Noções. Locação de imóveis. Lei 8245/91. Locação residencial. Locação para temporada. Denúncia vazia. Locação urbana e locação rural: distinções e efeitos fundamentais. Locações não residenciais. Contrato de fiança. Extinção da fiança.

c) Responsabilidade civil contratual, pré-contratual e consumerista.

PONTO IV

a) Invalidade do casamento. Casamento inexistente, nulo e anulável. Erro essencial da pessoa. Casamento putativo. Efeitos da putatividade.

b) Formação e conclusão do contrato: policitização. Proposta e aceitação. Período pré-contratual. Contratos preliminares. Contratos entre presentes e ausentes. Duração e eficácia da proposta e da aceitação. Retratação. A questão dos contratos eletrônicos. Lugar do contrato. Classificação dos contratos: noções. Contratos unilaterais, bilaterais, onerosos e gratuitos. Típicos, atípicos e mistos. Trato imediato e sucessivo. Consensuais e reais. Cumulativos e aleatórios. Contratos de adesão. Contratos mistos. União de contratos.

c) Efeitos civis do julgado criminal.

PONTO V

a) Pessoas jurídicas. Classificação. Associações. Sociedades civis. Sociedade de fato. Sociedades irregulares. Dissolução das sociedades. Fundações. Desconsideração da pessoa jurídica. Domicílio. O Código Civil (2002) e o CPDC – Pontos de convergência e divergência.

b) Classificação das obrigações quanto ao objeto e quanto ao sujeito. Modalidades das obrigações. Obrigações de dar coisa certa. Obrigações de dar coisa incerta. Obrigações alternativas e com prestação facultativa. Classificação das obrigações: obrigações de fazer e de não fazer. Execução genérica e específica. Deveres e obrigações. Obrigações de meio, de resultado e consumerista.

c) Servidão- Constituição- Exercício- Extinção- Usucapião. Direito de vizinhança. Restrições ao direito de propriedade.

PONTO VI

a) Patrimônio. Patrimônio mínimo. Patrimônio de afetação. Bens: classificação. Bem de família. Lei 8009/90. Relação jurídica civil e de consumo.

b) Transmissão das obrigações. Cessão de crédito. Assunção de dívida. Conseqüências. Atos unilaterais: promessa de recompensa. Pagamento indevido. Gestão de negócios. Enriquecimento sem causa.

c) Doação: aceitação presumida. Doação pura e onerosa. Adiantamento da legítima. Cláusula de reversão. Doações inoficiosas. Doação em razão de casamento e de união estável. Doação do cônjuge adúltero. Revogação da doação. Contrato de mandato: mandato em causa própria. Mandato irrevogável. Extinção do mandato. A cláusula mandato. Obrigações das partes. Pluralidade de mandatários. Substabelecimento: com e sem reserva de poderes. Renúncia e revogação do mandato. Mandato judicial. Comissão. Agência e distribuição. Corretagem. Contrato de sociedade: Sociedade de fato e sociedade irregular. Contratos agrários. Parceria rural e pecuária. Constituição de renda.

PONTO VII

a) Negócios jurídicos: forma e prova. Atos jurídicos. Atos lícitos. Atos ilícitos.

b) Deserdação. Colação: objetivo. Herdeiros e Bens sujeitos à colação. Dispensa de colação. Colação de doação. Doação feita em contemplação. Doações remuneratórias. Pagamento de dívidas. Responsabilidade da herança e dos herdeiros. Herdeiro devedor do espólio. Garantia dos quinhões hereditários.

c) Danos. Espécies. Liquidação do dano. Verbas indenizatórias. Quantificação.

PONTO VIII

a) Negócios jurídicos. Planos do Negócio jurídico. Invalidade do negócio jurídico: causas de nulidade e de anulabilidade. Direitos básicos do consumidor.

b) Contrato: noções gerais, conceito, função social, princípios fundamentais. O princípio da boa fé e a sua relevância para a interpretação, formação e execução dos contratos. Hermenêutica civil-constitucional do contrato. Extinção do contrato, distrato, cláusula resolutiva e exceção do contrato não cumprido. Rescisão, resilição e resolução.

c) Alimentos: noções gerais. Características. Obrigação alimentar. Natureza e espécies. Transmissibilidade da obrigação alimentar. Irrenunciabilidade dos alimentos. Alimentos provisórios, provisionais e definitivos. Alimentos naturais e civis.

PONTO IX

a) Negócio jurídico. Espécies. Validade. Representação. Nulidade, anulabilidade e eficácia.

b) Elementos naturais do contrato. Vícios redibitórios. Garantias legais e contratuais. Exclusão da garantia em hasta pública. Evicção. Evicção nas aquisições judiciais.

c) Responsabilidade do transportador e do segurador.

PONTO X

a) Modalidades das obrigações: obrigações divisíveis e indivisíveis. Obrigações solidárias. Fontes da solidariedade. Solidariedade ativa e passiva. Extinção da solidariedade. Prestações pecuniárias. Dívidas de valor. Obrigação de pagamento em moeda estrangeira. Indenização. Correção monetária.

b) Posse. Função social da posse. Conceito. Autonomia da posse. Distinção entre propriedade, posse, detenção e atos de mera permissão e tolerância. Comosse. Classificação da posse: originária e derivada; direta e indireta; justa e injusta. Vícios de posse e obstáculos. Posse de boa-fé e má-fé. Posse com justo título. Propriedade: Conceito e características. Função social. Multiplicidade dominial. Propriedade urbana e suas características (Lei 10.257/01). Propriedade rural. Restrições legais. Classificação. Propriedade resolúvel. Propriedade limitada. Descoberta. Modos de aquisição e perda da propriedade móvel e imóvel: ocupação. Tradição. Acesso. Elemento da propriedade literária científica e artística. Noções de direito autoral.

c) Responsabilidade civil e consumerista. Prescrição e decadência.

PONTO XI

a) Do negócio jurídico. Defeitos. Condições, termo e encargo. Prazo. Forma de contagem. Prescrição e decadência.

b) Dissolução da sociedade e do vínculo conjugal. Noções gerais. Separação litigiosa com culpa e sem culpa. Efeitos. Separação de corpos. Efeitos pessoais e patrimoniais da sentença em relação aos filhos. Proteção legal aos filhos. Partilha dos bens. Separação judicial consensual. Convenção. Cláusulas obrigatórias. Ratificação. Homologação. Não exercício e renúncia aos alimentos. Proteção legal dos filhos. Partilha dos bens. O artigo 34 da Lei 6.515/77 e a nova lei civil. Restabelecimento da sociedade conjugal.

c) O contrato no CPDC: dirigismo contratual. A oferta. A publicidade. Modificação dos elementos contratuais. Práticas abusivas. Revisão em razão de fato superveniente. Cláusulas abusivas. Contratos adesivos. Interpretação. Contratos eletrônicos. Tópicos Gerais: Desconsideração da personalidade jurídica. Teorias. Inversão do ônus da prova.

PONTO XII

a) Direitos reais sobre coisa alheia: usufruto. Uso e habitação. Direito real de superfície.

b) Inventário. Procedimentos. Inventariante. Nomeação. Funções. Sonegados. Pagamentos das dívidas.

c) Responsabilidades por fato de outrem, pelo fato da coisa e consumerista.

PONTO XIII

a) Propriedade Imobiliária. Promessa de compra e venda com natureza real, imóveis loteados. Parcelamento do solo urbano. Adjudicação compulsória.

b) Aceitação e renúncia da herança: petição de herança. Restrições à renúncia. Renúncia abdicativa e translativa. Efeitos da renúncia quanto aos credores. Sucessão do Município: herança jacente, herança vacante. Vacância automática. Procedimento. Arrecadação de bens. Efeitos.

c) Responsabilidade civil e nas relações de consumo. Fato e vício do produto e do serviço. Prescrição e decadência.

PONTO XIV

a) Contrato. Espécies. Contrato estimatório. Transação e compromisso. Cessão de contrato.

b) Da tutela e da curatela. Sujeitos à tutela. Do exercício da tutela. Os bens dos tutelados. Prestação de contas. Cessaçãõ da tutela. Curatela. Sujeitos à curatela. Interdição. Curatela do nascituro.

c) Sistema de responsabilidade civil do Código Civil de 2002 e do CPDC. Similitudes e distinções.

PONTO XV

a) Inadimplemento das obrigações. Mora. Espécies. Efeitos. Mora presumida. Juros de Mora. Purgação da mora. Responsabilidade contratual civil e consumerista.

b) Contratos de empréstimos: comodato, mútuo. Depósito: espécies. Depósito necessário e irregular. Conseqüência. Depositário infiel. Contratos bancários e de instituições financeiras. Taxa de juros. Lei da usura. Estipulação usurária. Mútuo feito a menor.

c) Regime de bens entre os cônjuges. Princípios gerais. Regime legal e convencional. Pacto antenupcial. Atos que dependem de consentimento conjugal. Suprimento do consentimento. Regime da comunhão universal. Regime da comunhão parcial. Regime da separação de bens. Regime da participação final nos aqüestos. Efeitos patrimoniais dos regimes de bens.

PONTO XVI

a) Direito das obrigações: conceito. Fontes das obrigações. Estrutura da relação obrigacional: Sujeitos; objeto e patrimonialidade da prestação, vínculo jurídico e causa. Débito e responsabilidade. Obrigações naturais. Obrigações reais (*propter rem*) e figuras afins. Distinção entre obrigações reais, ônus reais e obrigações com eficácia real. Deveres jurídicos e obrigações civis e consumerista.

b) Direitos reais de garantia: característica, classificação, natureza jurídica. Espécies. Penhor, hipoteca e anticrese. Penhor rural. Penhor de veículos. Penhor legal. Penhor industrial e mercantil. Penhor de direitos e de títulos de crédito. Alienação fiduciária de bens móveis e imóveis.

c) Extinção dos contratos: Resolução por onerosidade excessiva. Cláusulas abusivas. Enfoque Civil e no CPDC. A cláusula de exclusão da revisão judicial. Teoria da imprevisão. Princípios cardeais do Código do Consumidor.

PONTO XVII

a) Contrato de seguro. Seguro de pessoa. Seguro de dano. Seguro de vida e de faculdades humanas. Fixação do valor. Obrigações do segurado e do segurador. Seguro saúde. Contrato prestação de serviços. Contrato de empreitada. Espécies de empreitada. Preços. Prazos de garantia. Prescrição civil e consumerista.

b) Sucessão testamentária: histórico. Pressupostos. Capacidade ativa e capacidade passiva no testamento. Restrições à liberdade de testar. Codicilo. Legados. Testamenteiro. Formas de testamento: testamentos comuns. Público, cerrado e particular. Características. Testamentos especiais. Testamento marítimo, aeronáutico e militar. Caducidade. Testamento nuncupativo. Invalidez do testamento: nulidade e anulabilidade. Ineficácia. Disposições testamentárias. Revogação do testamento. Finalidade. Revogação expressa, tácita e presumida. Rompimento do testamento. Superveniência de descendentes. Desconhecimento de herdeiros necessários.

c) Responsabilidade dos fornecedores de produtos e de serviços.

PONTO XVIII

a) Relatividade dos contratos. Defeitos dos contratos. Terceiros e o contrato. Estipulação em favor de terceiros. Promessa de fato de terceiro. Contrato com pessoa a declarar. Vícios redibitórios, da vontade contratual. Lesão. Estado de perigo.

b) Efeitos da Posse: direito aos frutos. Direito às benfeitorias. Direito de retenção. Interditos possessórios. Desforço possessório. Juízo possessório e petitório. Aquisição e perda da posse: modos de aquisição da posse. Constituto possessório. *Traditio Brevi Manu e Traditio longa manu*. Modos de perda da posse. Sucessão da posse. Cessão da posse. Acesso da posse. Extensão da posse. A questão da posse como objeto único de inventário.

c) Práticas abusivas no CPDC. Responsabilidade médico-hospitalar, do incorporador e dos estabelecimentos bancários e financeiros.

PONTO XIX

a) Divórcio. Histórico. Divórcio direto e divórcio por conversão. Noções gerais. Requisitos. Ação direta de divórcio. Consensual e litigioso. Ação indireta de divórcio. Consensual e litigioso. Procedimento. Partilha dos bens. Efeitos do divórcio. Efeitos da ausência sobre o vínculo matrimonial.

b) Usucapião de bem móvel e imóvel: noções. Elementos. Conceito. Natureza jurídica. Classificação. Prazos. Usucapião de bem imóvel: usucapião extraordinário, ordinário, rural, urbano e coletivo.

c) Compra e venda: princípios. Teoria geral. Transmissão do domínio. Elementos essenciais. Preço e risco. Proibições legais. Pactos e cláusulas especiais. Efeitos jurídicos. Troca ou permuta. Excludentes da responsabilidade civil e consumerista.

PONTO XX

a) Parentesco. Classificação. Afinidade. Filiação. Reconhecimento de filiação. Voluntário e forçado. Paternidade presumida. Técnicas de reprodução assistida. Métodos de pesquisa de paternidade e maternidade. Prova genética pelo DNA. Ações filiatórias. A Lei 8.560/92. Adoção. Histórico. Adoção no Estatuto da Criança e do Adolescente e no Código Civil. Adoção internacional: defeitos e superação. Legitimidade para adotar. Da família substituta. Guarda e tutela do menor. Efeitos.

b) Sucessão legítima: Ordem de vocação hereditária. Formas de suceder e de partilhar. Sucessão em linha reta: Sucessão dos descendentes. Regra. Representação na linha sucessória. Sucessão dos ascendentes. Sucessão dos cônjuges. Sucessão legítima: Sucessão dos colaterais e companheiros. Direitos de habitação. Leis 8971/94 e 9278/96.

c) Responsabilidade civil e consumerista. Nexos causal. Causas de exclusão de responsabilidade. Causas de isenção e de exclusão da responsabilidade civil. Cláusula de não indenizar. Critérios da quantificação da reparação de danos.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

PONTO I

a) Da Teoria Geral do Processo. Princípios Constitucionais. Organização Judiciária.

b) Da Teoria Geral dos Recursos.

c) Do Mandado de Segurança.

PONTO II

a) Da Ação. Condições, elementos, classificação.

b) Da Apelação, seus efeitos e princípios. Súmula impeditiva.

c) Da Ação Civil Pública.

PONTO III

a) Da Jurisdição e Competência. Critério de fixação da competência. Modificações.

b) Do Recurso de Agravo.

c) Da Ação Popular.

PONTO IV

a) Do Processo e Procedimento Ordinário. Sumário. Especiais.

b) Dos Embargos Infringentes e dos Embargos de Declaração.

c) Do Código de Defesa do Consumidor: Aspectos processuais. A defesa do meio ambiente em juízo.

PONTO V

a) Do Processo. Formação, suspensão e extinção do processo. A relação jurídica processual. Pressupostos processuais. A capacidade. Das partes e dos Procuradores.

b) Do Recurso Adesivo.

c) Dos procedimentos especiais de jurisdição voluntária.

PONTO VI

a) Da competência. Distribuição por dependência. Conexão afinidade de causas. Prevenção.

b) Da Correição Parcial ou Reclamação. Agravo Regimental. Recurso Ordinário para o Supremo Tribunal Federal e Superior Tribunal de Justiça. Da ordem dos processos, no Tribunal.

c) Da Ação de Consignação em Pagamento.

PONTO VII

- a) Do Litisconsórcio. Da intervenção especial da União.
- b) Do Recurso Extraordinário. Do Recurso Especial. Dos Embargos de Divergência.
- c) Da Ação de Depósito.

PONTO VIII

- a) Da Intervenção de terceiros. Assistência, oposição, nomeação à autoria, denunciação da lide, chamamento ao processo.
- b) Da Uniformização de jurisprudência. Declaração de inconstitucionalidade.
- c) Da Ação de Prestação de Contas.

PONTO IX

- a) Dos Atos processuais. Generalidades. Do tempo e lugar dos atos processuais. Do Juiz e dos auxiliares da Justiça.
- b) Homologação de sentença estrangeira.
- c) Das Ações Possessórias.

PONTO X

- a) Dos Vícios dos atos processuais e suas conseqüências. Das nulidades.
- b) Da ação rescisória. Da ação anulatória.
- c) Da Ação de Nunciação de obra nova.

PONTO XI

- a) Da Petição inicial. Requisitos. Pedido. Teorias. Valor da causa.
- b) Da ação cautelar: Generalidades.
- c) Da Ação de Usucapião.

PONTO XII

- a) Da Citação. Efeitos.
- b) Das ações cautelares em espécie.
- c) Da ação de busca e apreensão na alienação fiduciária em garantia.

PONTO XIII

- a) Da Resposta do réu. Generalidades. Contestação. Revelia.
- b) Da Teoria geral do cumprimento da sentença e da execução.
- c) Do Inventário e da partilha.

PONTO XIV

- a) Das exceções.
- b) Da impugnação ao cumprimento da sentença e dos embargos do devedor.
- c) A arbitragem. Representação por inconstitucionalidade.

PONTO XV

- a) Da questão prejudicial e da Reconvenção.
- b) Da Liquidação de sentença. Natureza jurídica.
- c) Da ação de despejo de imóvel.

PONTO XVI

- a) Da antecipação da tutela. Da tutela inibitória.
- b) Cumprimento da sentença e execução por quantia certa contra devedor solvente.
- c) Da ação de consignação em pagamento de aluguel e de acessórios da locação.

PONTO XVII

- a) Providências preliminares. Julgamento conforme o estado do processo. Extinção do processo. Julgamento antecipado da lide. Audiência de conciliação. Saneamento do processo. Ação Declaratória incidental.
- b) Execuções especiais: a) a Execução Fiscal; b) a Execução contra a Fazenda Pública; c) a Execução de Dívida de Alimentos.
- c) A ação renovatória de contrato de locação de imóvel destinado a fins comerciais.

PONTO XVIII

- a) Da prova. Teoria geral. Objeto. Provas ilícitas. Ônus. Indícios. Espécies.
- b) Do Cumprimento da sentença e da execução para Entrega de Coisa.

c) Da ação de alimentos.

PONTO XIX

a) Da audiência de instrução e julgamento. Da sentença.

b) Cumprimento da sentença e execução das obrigações de fazer e de não fazer.

c) Da ação monitória.

PONTO XX

a) Da coisa julgada.

b) A execução por quantia certa contra devedor insolvente.

c) Os Juizados Especiais Cíveis: Competência e Procedimento.

DIREITO PENAL

PONTO I

a) Princípios constitucionais penais. Lei penal no tempo e no espaço.

b) Crimes contra o patrimônio.

c) Crimes contra a administração pública. Crimes dos prefeitos municipais.

PONTO II

a) Teoria da ação. Tipo e tipicidade.

b) Entorpecentes.

c) Violência familiar e doméstica contra a mulher.

PONTO III

a) Causalidade. Finalismo.

b) Crimes contra a honra.

c) Crimes falimentares e crimes contra o patrimônio.

PONTO IV

a) Crimes comissivos dolosos. Tipicidade.

b) Entorpecentes.

c) O adolescente em conflito com a lei. Ato infracional. Estatuto da Criança e do Adolescente.

PONTO V

a) Crimes comissivos. Omissivos próprios. Comissivos por omissão.

b) Crimes contra o patrimônio.

c) Crimes militares. Policiais militares e bombeiros militares.

PONTO VI

a) Erro.

b) Entorpecentes.

c) Aplicação da pena.

PONTO VII

a) Crimes culposos. Código de Trânsito Brasileiro.

b) Crimes contra o patrimônio.

c) Contravenções penais. Crimes de menor potencial ofensivo.

PONTO VIII

a) Illicitude. Causas de justificação.

b) Crimes contra o patrimônio. Falsidade documental.

c) Crimes de abuso de autoridade.

PONTO IX

a) Culpabilidade. Excludentes.

b) Crimes contra a vida. Lesões Corporais.

c) Crimes de Tortura.

PONTO X

a) Concurso de agentes. Autoria e participação.

b) Aplicação da pena.

c) Entorpecentes.

PONTO XI

a) Consumação e tentativa. Desistência voluntária. Arrependimento eficaz e arrependimento posterior. Crime impossível.

b) Crimes contra o patrimônio.

c) Crimes hediondos. Aplicação da pena.

PONTO XII

a) Concurso de agentes. Autoria e participação.

b) Crimes contra a liberdade sexual.

c) Imprensa (Lei 5250/67).

PONTO XIII

a) Culpabilidade. Teoria da ação.

b) Crimes contra a liberdade sexual.

c) Crimes contra a ordem tributária, econômica e contra as relações de consumo.

PONTO XIV

a) Teoria da pena. Penas privativas de liberdade, pecuniárias e restritivas de direitos.

b) Crimes contra a liberdade sexual.

c) Crimes contra o sistema financeiro. Lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores.

PONTO XV

a) Punibilidade. Causas de extinção.

b) Lenocínio.

c) Entorpecentes.

PONTO XVI

- a) Execução penal e seus incidentes. Efeitos da Condenação. Reabilitação.
- b) Falsidade documental. Falsa identidade.
- c) Entorpecentes.

PONTO XVII

- a) Aplicação da pena.
- b) Crimes contra o patrimônio.
- c) O adolescente em conflito com a lei. Ato infracional. Estatuto da Criança e do Adolescente.

PONTO XVIII

- a) Imputabilidade penal. Medidas de segurança.
- b) Crimes contra a administração pública.
- c) Crimes hediondos. Aplicação da pena.

PONTO XIX

- a) Consumação e tentativa. Desistência voluntária. Arrependimento eficaz e arrependimento posterior. Crime impossível.
- b) Crimes contra o patrimônio.
- c) Estatuto do Desarmamento. Crimes contra a vida. Lesões Corporais.

PONTO XX

- a) Crimes qualificados pelo resultado. Preterdolo. Teoria da ação.
- b) Crimes contra a administração pública. Crimes dos prefeitos municipais.
- c) O adolescente em conflito com a lei. Ato infracional. Estatuto da Criança e do Adolescente.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

PONTO I

- a) Princípios Constitucionais do Processo Penal - Investigação penal.
- b) Recursos: generalidades.

c) Processo penal por crimes de abuso de autoridade e ilícitos penais de menor potencial ofensivo.

PONTO II

a) Princípios Constitucionais do Processo Penal - Ação penal pública.

b) Recurso em sentido estrito.

c) Processo penal por crimes contra a honra.

PONTO III

a) Princípios Constitucionais do Processo Penal - Ação penal privada, e subsidiária da pública.

b) Apelação.

c) Processo penal por crimes de trânsito.

PONTO IV

a) Princípios Constitucionais do Processo Penal - Procedimento nos Juizados Especiais Criminais. Mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher (Lei nº 11340/06).

b) Protesto por novo júri.

c) Processo para imposição de medidas sócio-educativas (Estatuto da Criança e do Adolescente)

PONTO V

a) Princípios Constitucionais do Processo Penal - Prisão provisória e por sentença. Liberdade provisória, com e sem fiança.

b) Embargos.

c) Processo penal por ilícitos penais de menor potencial ofensivo.

PONTO VI

a) Princípios Constitucionais do Processo Penal - Competência, jurisdição e atribuição.

b) Revisão criminal.

c) Processo penal por crimes contra a propriedade imaterial.

PONTO VII

- a) Princípios Constitucionais do Processo Penal - Questões e processos incidentes: questões prejudiciais, exceções, incompatibilidade e impedimentos.
- b) Carta testemunhável.
- c) Processo penal por crimes contra o consumidor.

PONTO VIII

- a) Princípios Constitucionais do Processo Penal - Questões e processos incidentes: conflitos de competência e de jurisdição, restituição de coisas apreendidas, medidas assecuratórias, incidentes de falsidade, insanidade mental, dependência toxicológica do acusado.
- b) Habeas Corpus.
- c) Processo para imposição de medidas sócio-educativas (Estatuto da Criança e do Adolescente).

PONTO IX

- a) Princípios Constitucionais do Processo Penal - Prova: generalidades.
- b) Agravo.
- c) Processo penal por crimes eleitorais, e crimes de Funcionário Público.

PONTO X

- a) Princípios Constitucionais do Processo Penal - Prisão temporária, preventiva e por pronúncia.
- b) Execução das penas privativas de liberdade.
- c) Processo penal por crimes de responsabilidade de prefeitos e vereadores, e por ilícitos penais de menor potencial ofensivo.

PONTO XI

- a) Princípios Constitucionais do Processo Penal - Procedimento nos Juizados Especiais Criminais. Mecanismos para coibir a Violência doméstica e familiar contra a mulher (Lei nº 11340/06).
- b) Execução das penas pecuniárias e das medidas de segurança.
- c) Processo penal por crimes falimentares.

PONTO XII

- a) Princípios Constitucionais do Processo Penal - Interdições de direitos e medidas de segurança.
- b) Suspensão condicional da execução da pena e do processo.
- c) Processo penal por crimes contra as relações de consumo.

PONTO XIII

- a) Princípios Constitucionais do Processo Penal - Procedimento comum e sumário.
- b) Livramento condicional. Indulto.
- c) Processo penal por crimes relativos a entorpecentes.

PONTO XIV

- a) Princípios Constitucionais do Processo Penal - Competência, jurisdição e atribuição.
- b) Reabilitação.
- c) Processo penal por crimes militares praticados por policiais militares e bombeiros militares.

PONTO XV

- a) Princípios Constitucionais do Processo Penal - Procedimento do Júri.
- b) Competência pelo lugar da infração, domicílio ou residência do réu e natureza da infração.
- c) Processo penal por crimes de imprensa.

PONTO XVI

- a) Princípios Constitucionais do Processo Penal - Nulidades.
- b) Competência por distribuição, conexão ou continência.
- c) Processo penal por crimes relativos a preconceitos de raça ou de cor, símbolos nacionais, crimes hediondos e equiparados.

PONTO XVII

- a) Princípios Constitucionais do Processo Penal - Sentença penal.
- b) Competência por prevenção e por prerrogativa de função.

c) Processo penal por crimes de tortura, crimes hediondos e equiparados.

PONTO XVIII

a) Princípios Constitucionais do Processo Penal - Questões prejudiciais e questões preliminares.

b) Exame de corpo de delito e perícias em geral.

c) Processo penal por crimes de imprensa.

PONTO XIX

a) Princípios Constitucionais do Processo Penal - Execução da sentença penal.

b) Interrogatório do acusado e confissão.

c) Processo penal por ilícitos penais de menor potencial ofensivo.

PONTO XX

a) Princípios Constitucionais do Processo Penal - Incidentes de execução.

b) Prova testemunhal e audiência de ofendidos.

c) Processo penal por crimes referentes a entorpecentes.

DIREITO CONSTITUCIONAL

PONTO I

a) Conceito e Natureza da Constituição. Constitucionalismo. Tipos de Constituição. Interpretação da Constituição. Princípios. Eficácia da norma constitucional. Rigidez Constitucional e suas implicações no modelo federativo brasileiro.

b) Direitos e Garantias Fundamentais.

c) Soberania Popular: titularidade e exercício. Os Direitos Políticos. Suspensão e Perda.

PONTO II

a) O Estado Democrático de Direito. A soberania. O Estado Federal Brasileiro. Princípios Fundamentais. Forma de Estado e organização político-administrativa da República Federativa do Brasil. Forma de Governo. Presidencialismo e Parlamentarismo.

b) O princípio da supremacia da Constituição. A inconstitucionalidade das leis e dos atos normativos.

c) A Constituição e os atos internacionais. Mercosul.

PONTO III

a) O controle de constitucionalidade no sistema federativo brasileiro. Formas de controle. Características e peculiaridades.

b) Direitos e garantias fundamentais: individuais e coletivos. Direitos políticos, sociais e difusos.

c) O regime democrático e seus princípios basilares. Instrumentos da democracia direta.

PONTO IV

a) Controle preventivo e repressivo de constitucionalidade. Efeitos.

b) Reforma da Constituição. Revisão e emenda constitucional. Limitações constitucionais ao poder de emenda: materiais, circunstanciais e temporais. Cláusulas de perpetuidade.

c) Devido processo legal e os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade. Princípio da efetividade. Responsabilidade por dano material, moral ou à imagem. Princípio da legalidade. Contraditório. Ampla defesa. Isonomia. Direito de petição. Princípio do juiz natural. Tribunal do Júri. Direito adquirido, ato jurídico perfeito e coisa julgada. Individualização da pena.

PONTO V

a) Organização político-administrativa do Estado federal brasileiro. A União. Bens da União. Os Estados. Os Municípios. Distrito Federal. Territórios. Vedações constitucionais de natureza federativa. Repartição constitucional de competências dos entes que integram a Federação. Competências político-administrativas, legislativas e tributárias.

b) O Estado federal e o princípio da autonomia no modelo federativo brasileiro. Aspectos relevantes. O sistema de intervenção nos Estados e Municípios. Criação, incorporação, fusão e desmembramento de Estados e Municípios. Mecanismos de integração e cooperação na federação brasileira. Regiões metropolitanas e micro regiões.

c) Ações e remédios constitucionais. Habeas Corpus. Habeas Data. Mandado de Segurança: individual e coletivo. Mandado de Injunção. Ação Popular. Ação Civil Pública.

PONTO VI

- a) Controle jurisdicional da constitucionalidade das leis.
- b) As constituições estaduais. Poder constituinte dos Estados. Definição e limites. Competências exclusivas, comuns e concorrentes dos Estados.
- c) Provas ilícitas. Inviolabilidade do domicílio. Inviolabilidade à intimidade e sigilo de dados. Sigilo de correspondência e de comunicação. Sigilos bancário e fiscal. Princípio da presunção de inocência. Ação penal subsidiária. Extradicação. Prisão Civil. O direito de associação e o direito de propriedade. Função social da propriedade e limitações ao direito de propriedade.

PONTO VII

- a) Controle difuso de constitucionalidade.
- b) O Município na Constituição Federal e na Constituição Estadual.
- c) A separação de poderes e sua importância no regime democrático. As funções legislativas, executivas e jurisdicionais. Delegação de funções. Invasão de competências.

PONTO VIII

- a) Controle concentrado de constitucionalidade. Características. Efeitos.
- b) A Lei Orgânica do Município. Princípios de organização e competências municipais.
- c) O Poder Legislativo. Funções. O Congresso Nacional. O sistema bicameral. O Senado e a Câmara dos Deputados. As Comissões.

PONTO IX

- a) Ação direta de inconstitucionalidade. Inconstitucionalidade por omissão. Ação declaratória de constitucionalidade. Legitimidade. Inconstitucionalidade de tratado ou lei federal. Inconstitucionalidade face à Constituição estadual e outras modalidades.
- b) A Administração Pública. Princípios Constitucionais. Preceitos de observância obrigatória à Administração Pública da União, Estados, Distrito Federal e Municípios. Licitação.
- c) Imunidades, impedimentos e incompatibilidades parlamentares. Controle parlamentar dos atos da administração pública. Comissões parlamentares de inquérito: federais, estaduais e municipais.

PONTO X

a) Os sistemas de controle de constitucionalidade no modelo constitucional brasileiro. Controle preventivo e repressivo. Aplicação da Constituição nova. Declaração de inconstitucionalidade e efeito repristinatório.

b) Disposições constitucionais que regem os servidores públicos. Direitos e deveres. Concurso público. Responsabilidade civil objetiva do Poder Público.

c) Meios de impugnação da sentença inconstitucional transitada em julgada.

PONTO XI

a) Poder Constituinte: originário e derivado. Características e peculiaridades.

b) Princípios constitucionais que regem a remuneração de vencimentos dos servidores públicos; investidura em cargo ou emprego público; acumulação remunerada de cargos públicos; estabilidade e aposentadoria; atos de improbidade administrativa. A responsabilidade por danos.

c) Iniciativa das leis. Iniciativa reservada e vinculada. Vício de iniciativa. Das fases de elaboração da lei. Deliberação legislativa: emendas parlamentares, discussão e votação. Deliberação executiva: sanção e veto. Promulgação e Publicação. Controle político de constitucionalidade.

PONTO XII

a) Competência Tributária. Limitações constitucionais ao poder de tributar e os direitos fundamentais da pessoa.

b) Competência do Judiciário para o controle da constitucionalidade das leis.

c) Espécies normativas: emendas à Constituição; leis complementares; leis ordinárias; leis delegadas; medidas provisórias e controle de constitucionalidade; decretos legislativos e resoluções.

PONTO XIII

a) A Democracia e o Estado de Direito. Mecanismos Constitucionais de Defesa da Ordem Constitucional e das Instituições Democráticas. Estado de Defesa e Estado de Sítio.

b) Poder Executivo e a Federação. Competência privativa do Presidente da República. Delegação de atribuições. Os Ministros de Estado no regime presidencialista. Conselho da República e Conselho de Defesa Nacional. As forças armadas. Segurança pública. O militar em cargo civil. A polícia estadual. O poder regulamentar: natureza, modalidades e limites ao seu exercício.

c) Intervenção nos Estados e nos Municípios. Controle concentrado de constitucionalidade pela via da ação interventiva.

PONTO XIV

a) Poder Judiciário. Funções. Órgãos. Tribunais Superiores. Justiça Federal e Estadual. Garantias Constitucionais. Independência e imparcialidade. Natureza da função jurisdicional. Regime constitucional da Magistratura.

b) Responsabilidade do Presidente da República, Ministros de Estado, Governadores, Secretários e Prefeitos. Perda do cargo. Foro competente. Secretários de Estado. O impeachment no direito brasileiro. Natureza do instituto. O processo do Presidente da República nos crimes de responsabilidade e nos crimes comuns.

c) Finanças Públicas. Orçamento. Princípios Constitucionais federais e estaduais. Fiscalizações contábeis, financeiras, orçamentária operacional e patrimonial. Controles externo e interno. Tribunal de Contas da União e dos Estados. As funções do Tribunal de Contas. Competências.

PONTO XV

a) Iniciativa legislativa do Poder Judiciário. O Estatuto da Magistratura: princípios. Competência privativa dos Tribunais. O reconhecimento da inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do poder público. Autonomia administrativa e financeira do Judiciário. Precatórios.

b) Funções essenciais à Justiça. Ministério Público. Advocacia-Geral da União. Advocacia. Indispensabilidade do advogado. Defensoria Pública. Princípios institucionais. O acesso à Justiça.

c) Ordem econômica e financeira. Princípios gerais da atividade econômica.

PONTO XVI

a) O Supremo Tribunal Federal e o seu papel de guardião da Constituição. Competências originárias e recursais do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça. Recursos ordinários, extraordinários e especial. Súmulas. Efeito vinculante.

b) O modelo federativo e a hierarquia das leis. Repartição constitucional de competência. Hermenêutica das normas jurídicas em face da Constituição. A Constituição e o conflito de normas no espaço. O tratado internacional e a Constituição. A norma estrangeira e a Constituição. A Constituição e conflito de normas no tempo. Teorias da recepção, da repristinação, e da desconstitucionalização.

c) Fontes constitucionais da responsabilidade civil.

PONTO XVII

a) O Poder Judiciário Estadual. Competência do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Regimento interno. Conselho da magistratura. Regime jurídico da magistratura.

b) Os direitos sociais. Direito de greve. Direitos individuais indisponíveis. Direitos políticos. Direitos difusos.

c) Ordem social. Princípios. Educação, cultura e desporto. Seguridade social. Meio ambiente. A família. Regras de regência das relações familiares. A criança, o adolescente e o idoso.

PONTO XVIII

a) Disposições Constitucionais Gerais e Disposições Transitórias. Revisão constitucional e emenda à Constituição. Características.

b) Tutela constitucional das liberdades: Habeas Corpus, Habeas Data, Mandado de Segurança, Mandado de Injunção, Direito de Petição, Ação Popular. O princípio da efetividade e a juridicização da Constituição. A força normativa da Constituição e aplicabilidade das normas definidoras de direitos e garantias individuais.

c) O Judiciário e o controle de constitucionalidade via *incidentaliter tantum*. Características. O papel do Senado. Efeitos. Legitimidade para exercê-lo.

PONTO XIX

a) Nacionalidade. Espécies. Brasileiro nato e naturalizado. Aquisição e perda. O estrangeiro no Brasil. Extradicação. Direitos políticos. Aquisição, suspensão e perda. Direito de voto. Características. Plebiscito e referendo. Elegibilidade e inelegibilidade. Reelegibilidade. A cidadania.

b) Ação direta de inconstitucionalidade. Ação declaratória de constitucionalidade. Arguição de descumprimento de preceito fundamental.

c) Direito Constitucional Intertemporal. Vigência, validade e eficácia das normas constitucionais e infraconstitucionais do sistema constitucional anterior. Declaração de inconstitucionalidade diferida no tempo. Interpretação conforme à Constituição.

PONTO XX

a) Princípio da Supremacia Constitucional. Ação direta de inconstitucionalidade interventiva.

b) Ato normativo municipal e controle de constitucionalidade. Processo legislativo municipal.

c) Democracia: valores e formas. A igualdade como princípio inerente à democracia. Estado de direito e os direitos fundamentais. O princípio do controle judiciário. A democracia representativa. Representação e Sistemas eleitorais.

DIREITO ADMINISTRATIVO

PONTO I

- a) Função administrativa: definição e distinção de outras funções estatais.
- b) Atos administrativos: conceito, elementos, existência, validade e eficácia. Atributos dos atos Administrativos.
- c) Desapropriação. Fontes normativas, competências, destinação dos bens apropriados. Fase declaratória. Ação de desapropriação. Transferência da propriedade.

PONTO II

- a) Administração Pública. Aspectos formais, materiais e subjetivos. Princípios informativos: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, finalidade, continuidade, indisponibilidade, autotutela, supremacia do interesse público, igualdade, presunção da legitimidade, auto-executoriedade, especialidade, eficiência, hierarquia, isonomia, princípio da razoabilidade, da proporcionalidade, da segurança jurídica.
- b) Atos administrativos quanto aos tipos de provimentos, considerações gerais. Atos administrativos em espécie. Classificação dos atos Administrativos. Atos vinculados e discricionários, simples e complexos. Motivação – teoria dos motivos determinantes. Mérito Administrativo.
- c) Ação de Desapropriação. Sentença – natureza jurídica. Indenização – juros moratórios e compensatórios, atualização monetária, honorários, direitos de terceiros.

PONTO III

- a) Função administrativa: Regime jurídico administrativo. Poderes Administrativos. Poder regulamentar, poder de polícia, poder hierárquico e poder disciplinar. O uso e o abuso do poder. Excesso de poder, desvio de finalidade, omissão da Administração.
- b) Regime jurídico do ato administrativo.
- c) Direito de extensão, retrocessão, direito de preferência, desapropriação rural, desapropriação por zona. Desapropriação confiscatória. Desistência. Extensão do controle jurisdicional na ação de desapropriação. Desapropriação indireta.

PONTO IV

- a) Estado, Administração e Governo. Centralização e descentralização. Desconcentração. Órgãos e agentes públicos, Administração direta e indireta. Princípios – da reserva legal, da especialidade e do controle.

- b) Requisitos extrínsecos dos atos administrativos e seus elementos.
- c) Classificação dos bens públicos. Bens públicos. Domínio público e domínio eminente.

PONTO V

- a) Concessão de Serviços Públicos. Fontes normativa constitucional e infraconstitucional. Modalidade de concessão. Natureza jurídica. Política tarifária, fiscalização e encargos do concedente. Responsabilidade e encargos do concessionário. Prazo da concessão, extinção e reversão.
- b) Elementos do ato administrativo. Atos declaratórios, constitutivos e constitutivos formais.
- c) Regime jurídico dos bens públicos. Gestão patrimonial.

PONTO VI

- a) Permissão de Serviços Públicos. Conceito, natureza, referências constitucionais. Aplicação de regras das concessões. Extinção. Serviços públicos autorizados.
- b) Atos administrativos Interna Corporis. Atos políticos.
- c) Aquisição dos bens públicos.

PONTO VII

- a) Empresas Estatais. Regime jurídico da empresa prestadora de serviços públicos e da empresa que explora atividades econômicas pelo Estado.
- b) Vinculação e discricionariedade dos atos administrativos.
- c) Alienação de bens públicos. Afetação, desafetação.

PONTO VIII

- a) Autarquias e fundações.
- b) Extinção dos atos administrativos.
- c) Gestão dos bens públicos.

PONTO IX

- a) Atuação do Estado no Domínio Econômico. Estado Regulador, Estado Executor e Estado Monopolista. Agência reguladora. Fonte normativa. Natureza jurídica. Função.

b) Invalidação dos atos administrativos.

c) Agentes públicos. Agentes políticos. Servidores públicos. Princípios constitucionais aplicáveis aos servidores públicos: concurso público, estabilidade, disponibilidade, proibição de acumular, teto remuneratório, irredutibilidade e isonomia de vencimentos. Acumulação de cargos públicos. Regime jurídico.

PONTO X

a) Garantia dos administrados: mandado de segurança individual e coletivo.

b) Revogação do ato administrativo: conceito. Fundamento da competência revogatória.

c) Organização funcional. Cargo, emprego e função pública. Classificação dos cargos públicos. Criação, transformação e extinção de cargos. Provimento. Investidura, reingresso. Direito adquirido dos servidores. Responsabilidade do Servidor Público.

PONTO XI

a) Garantias dos administrados. Ação popular.

b) Revogação do ato administrativo: Regime jurídico. Limites. Estrutura do provimento revogatório. Atos afins à revogação.

c) Agentes públicos: direito de greve e sindicalização. Aplicabilidade dos direitos sociais. O estágio probatório e o devido processo legal. Regime jurídico dos cargos em comissão.

PONTO XII

a) Garantias do administrado: Ação civil pública.

b) Poder de polícia: características, espécies e limites.

c) Agentes Públicos. Exoneração. Demissão.

PONTO XIII

a) Garantias do administrado: Habeas Corpus, Habeas Data, Mandado de Injunção.

b) Responsabilidade extracontratual do Estado. Postulados do Estado de Direito. Histórico da responsabilidade estatal. Responsabilidade por atos omissivos.

c) Agentes públicos. Promoção e progressão funcional. Aposentadoria.

PONTO XIV

- a) Procedimento e processo administrativo. Processos revisivos, sancionatórios e disciplinares. Procedimentos nominados e inominados.
- b) Responsabilidade extracontratual do Estado. Responsabilidade civil da Administração por atos lícitos e ilícitos. Responsabilidade por atos legislativos e judiciais.
- c) Agentes Públicos. Improbidade Administrativa. Crimes de responsabilidade.

PONTO XV

- a) Procedimento e processo administrativo: Princípios. Devido processo legal. “Juiz Natural” ou administrador competente. Amplo contraditório.
- b) Responsabilidade extracontratual do Estado: responsabilidade objetiva do Estado e subjetiva do funcionário. Da ação regressiva.
- c) Limitações à liberdade e à propriedade. Função social da propriedade. Proteção constitucional da propriedade.

PONTO XVI

- a) Procedimento e processo administrativo: Direito à produção de provas. Verdade material ou princípio inquisitório. Informalismo a favor do administrado. Direito à revisibilidade (duplo grau). Direito à defesa técnica.
- b) Responsabilidade extracontratual do Estado. Danos indenizáveis. Danos morais. Responsabilidade por atos praticados por prestadores de serviço público, pessoa jurídica de direito privado. Responsabilidade por dano decorrente do planejamento.
- c) Distinções entre as limitações e as restrições à propriedade. Poder de polícia. Restrições administrativas.

PONTO XVII

- a) Procedimento e processo administrativo: Sindicância. Direito ao silêncio. Proibição da *reformatio in pejus*. Tipos de processos revisivos. Coisa julgada administrativa.
- b) Responsabilidade extracontratual do Estado: Atos praticados pelo Legislativo e Judiciário.
- c) Limitações e restrições à propriedade. A preservação do patrimônio histórico, artístico, cultural e estético. Tombamento. Intervenção sancionatória: multa, interdição, destruição da coisa e confisco. Parcelamento e edificação compulsória.

PONTO XVIII

- a) Procedimento e processo administrativo: fases propulsiva, instrutória e decisória. As decisões colegiadas. Fase integrativa ou de ingração. Prescrição administrativa.
- b) Responsabilidade extracontratual do Estado. Excludentes da responsabilidade. Medida Provisória: seus pressupostos e limites. Medida Provisória não convertida em lei.
- c) Limitações e restrições à propriedade: servidões administrativas. Requisições. Ocupação temporária de imóvel.

PONTO XIX

- a) Contratos administrativos: Regime jurídico. Requisitos e formalidades. Causa do contrato. Formalidades do contrato. Garantia. Direitos do contratante e do contratado. Espécie de Contratos Administrativos. Contratos de obra, de serviços, de fornecimento e de concessão.
- b) O controle da administração pública. Controle externo pelo legislativo com auxílio dos Tribunais de Contas. O controle externo pelo Judiciário. O controle Parlamentar.
- c) Licitações. Disciplina normativa. Conceitos e princípios. Normas Gerais. Modalidades. Procedimento. Dispensa, dispensabilidade e inexigibilidade.

PONTO XX

- a) Contratos administrativos. Duração do contrato – prorrogação, renovação e inexecução. Controle. Extinção do contrato. Desbalanceamento da equação econômico-financeira do contrato. Reajuste-revisão. Fiscalização pelos Tribunais de Contas. Extinção do contrato administrativo.
- b) Licitação: na administração indireta. Representação, reconsideração, recursos. Invalidação. Revogação. Sanções Administrativas.
- c) Orçamento Público. Elaboração. Aprovação. Execução. Lei de Responsabilidade Fiscal.

DIREITO EMPRESARIAL

PONTO I

- a) Objeto, fontes e autonomia do Direito Empresarial. O Direito de Empresa no novo Código Civil. Perfis da empresa. A empresa e a livre iniciativa. Limites ao exercício da empresa. O empresário. O comerciante. Caracterização. Atividades não empresariais.

b) Contrato de locação empresarial. Particularidades. Disciplina legal. Ação renovatória. Condições. Legitimidade. Prazos. Dispensa de renovação. Procedimento na ação renovatória.

c) Teoria dos Títulos de Crédito. Conceito de título de crédito no Código Civil. Títulos de crédito, títulos de legitimação e valores mobiliários. Características e atributos dos títulos de crédito. A emissão do título a partir de caracteres eletrônicos. Classificação dos títulos de crédito quanto ao conteúdo e circulação. Títulos à ordem, não à ordem, ao portador e nominativos.

PONTO II

a) Nome empresarial. Espécies: firma individual, razão social e denominação. Formação. Proteção legal. Título de Estabelecimento, insígnia, marca e sinais de propaganda. A proteção legal a estes elementos da empresa.

b) Contrato de alienação fiduciária em garantia. Noções Gerais. Estrutura. Disciplina legal. Partes. Requisitos do Contrato. Inscrição. Inadimplemento. Constituição em mora do fiduciante. Ação processual adequada. Alienação fiduciária de imóveis.

c) Letra de Câmbio. Legislação. Convenção de Genebra e Decreto nº 2044/1908. A questão das reservas à lei uniforme. Noções Gerais. Requisitos essenciais. Modalidades. Vencimento e pagamento. Lugar de apresentação. Saque. Obrigação do sacador. Aceite. Lançamento e Modalidades. Responsabilidade do Aceitante.

PONTO III

a) Estabelecimento empresarial. Natureza jurídica. Estabelecimento e empresa. Elementos corpóreos e incorpóreos. A cessão do estabelecimento comercial. Contratos para a exploração do estabelecimento. Vedação de concorrência. Os atributos da empresa: clientela e aviamento.

b) Contrato de arrendamento mercantil. Noções Gerais. Elementos do contrato. Disciplina Legal. Natureza Jurídica. Obrigações das partes. Pagamento de valor residual garantido (VRG). *Lease-back*. Arrendamento residencial.

c) Protesto. Função e importância. Documentos eletrônicos. Efeitos. Legislação. Procedimento. Modalidades de protesto. Dispensa do protesto. Prazos. Sustação e Cancelamento do protesto.

PONTO IV

a) Empresário Individual. Capacidade. Impedimentos ao exercício da empresa. O prosseguimento da empresa pelo incapaz. Autorização judicial. Participação de pessoas casadas em sociedade. Arquivamento de documentos na Junta Comercial que impliquem em alteração na situação patrimonial do empresário.

b) Contrato de franquia empresarial. Disciplina legal. Natureza jurídica. A circular de oferta de franquia. Direitos e obrigações das partes. Contratos acessórios.

c) Endosso. Conceito e natureza jurídica. Endosso e cessão de crédito. Modalidades. Endosso parcial. Pluralidade ou cadeia de endossos. Endosso mandato, endosso caução e endosso póstumo. Cancelamento.

PONTO V

a) Sociedades Empresárias. Caracterização. Tipos societários. Elementos. Classificação. Natureza do ato constitutivo. Personalidade Jurídica. Sociedades em comum.

b) Contrato de cartão de crédito. Sistema de cartão de crédito. Natureza Jurídica. Características. Direitos e obrigações das partes. Incidência. Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90).

c) Aval. Finalidade. Características. Aval e Fiança. Lançamento e modalidades. Aval de pessoa casada e de sociedade. Responsabilidade do avalista. Pluralidade de avais. Avais Simultâneos e Sucessivos. Aval posterior ao vencimento.

PONTO VI

a) Sociedades por ações. Espécies. Sociedade Anônima. Origem e evolução. Características principais. Constituição. Subscrição pública e particular do capital. Projeto de estatuto. Natureza do ato constitutivo. Companhia aberta e fechada. Registro na C.V.M.

b) Contratos bancários. Características. Operações bancárias. A intervenção do Estado nos negócios bancários. Incidência do Código de Defesa do Consumidor. Contrato de utilização de cofre de segurança.

c) Letra de câmbio. Prescrição. Ação de locupletamento. A responsabilidade em caso de desapossamento da letra de câmbio: teorias da criação e da emissão. Ação de anulação e substituição de títulos.

PONTO VII

a) Falência. Princípios Gerais. Pressupostos. Caracterização da falência. Declaração. Efeitos da Falência quanto aos sócios.

b) Contratos de agência e distribuição. Distinção. Obrigações do proponente e do agente. Garantia de zona. Remuneração do agente. Contrato de corretagem. Obrigações do corretor. Remuneração. Pluralidade de corretores. Dispensa do corretor.

c) Acionistas: direitos e obrigações. Direito a voto e seu exercício abusivo. Acordo de acionistas. Acionista controlador. Abuso do poder de controle.

PONTO VIII

a) Sociedade Anônima. Capital social. Formação. Avaliação. Aumento e redução do Capital Social. Direito de preferência. A sociedade anônima de capital autorizado e as opções de compra de ações.

b) Processo Falimentar. Juízo da falência. Legitimidade ativa e passiva na falência. Procedimento nos requerimentos de falência com base no art. 94 da Lei de Falências. Defesas do devedor. Matéria relevante. Depósito elisivo. Sentença de falência: conteúdo, publicidade e recursos. Sentença denegatória.

c) Ação cambial. Relação cambial. Defesas admissíveis. Cambial. Prescrição. Ação de locupletamento.

PONTO IX

a) Dos efeitos jurídicos da sentença de falência em relação aos direitos dos credores e em relação à pessoa do falido. Prisão do falido. Direitos e deveres do falido. Pedido de continuação provisória do negócio. Dos efeitos jurídicos da sentença de falência em relação aos bens do falido e em relação aos contratos da empresa falida.

b) Dissolução, liquidação e extinção das sociedades. Modalidades de dissolução de liquidação. Deveres e responsabilidades do liquidante. Partilha do acervo remanescente. Direito dos credores não satisfeitos. Transformação, fusão, incorporação e cisão de sociedades. Protocolo e justificação. Direito dos credores. Direito de Recesso.

c) Shopping Centers. Aspectos jurídicos do shopping center. Conceito. Estrutura do negócio jurídico. Personagens. Aplicação da Lei nº 8.245/91.

PONTO X

a) Administração da falência. Juiz. Órgão do Ministério Público. Administrador Judicial. Nomeação, impedimentos, investidura, deveres, substituição e destituição. Assembléia Geral de Credores. Comitê de Credores.

b) Sociedade limitada. Características. Disciplina legal.

c) Nota Promissória. Características. Requisitos essenciais. Emissão em branco e ao portador.

PONTO XI

a) Da ineficácia dos atos praticados pelo devedor antes da falência. Atos revogáveis. Ação Revocatória.

b) Capital social. Constituição. Integralização. Aumento e redução do capital. Regência supletiva pelas normas da sociedade simples. Aplicação das normas da sociedade anônima à sociedade limitada.

c) Nota promissória vinculada a contrato. Responsabilidade do emitente ou subscritor. Nota promissória emitida no interesse exclusivo do mandatário.

PONTO XII

a) Dos efeitos jurídicos da sentença de falência. Em relação aos bens do falido. Arrecadação dos bens do falido. Inventário. Custódia de bens. Venda antecipada de bens. Aquisição e adjudicação dos bens pelos credores. Pedido de restituição e embargos de terceiros. Habilitação, verificação e classificação dos créditos. Créditos não sujeitos à habilitação. Pedido de reserva. Habilitação retardatária. Quadro geral de credores. Ação revisional de crédito admitido à falência.

b) Sociedade limitada. A figura do sócio. Sócio pré-morto. Sucessão. Sócio remisso. A responsabilidade do sócio que se retira ou é excluído. Apuração de haveres.

c) Tipos de cheques. Formas de circulação. Endosso e aval. Noções Gerais. Natureza Jurídica. Requisitos intrínsecos e extrínsecos. Pressupostos de emissão.

PONTO XIII

a) A liquidação na falência. A realização do ativo e o pagamento do passivo. Formas de alienação. Pagamento dos credores. Encerramento da falência e extinção das obrigações do falido. Reabilitação civil do falido.

b) Sociedade por quotas. Cessão de quotas. Forma de transferência. Aquisição das quotas pela sociedade.

c) Propriedade Industrial. Legislação. Marcas. Espécies. Classificação. Âmbito da proteção. Marca notória e de alto renome. Registro. Cessão de direitos. Extinção. Desenho Industrial.

PONTO XIV

a) Recuperação judicial da empresa. Assembléia Geral. Objetivo. Legitimidade. Requisitos. Meios de recuperação. Plano de recuperação. Prazo. Procedimento da recuperação. Plano de recuperação para microempresa e empresas de pequeno porte. Concessão. Efeitos. Convolação da recuperação judicial em falência.

b) A quota social. Natureza. Co-propriedade. Indivisibilidade. Cessão, penhor e penhora da quota.

c) Cheque. Ação de cobrança. Facultatividade do protesto. Prescrição. Ação de locupletamento.

PONTO XV

a) Recuperação extrajudicial. Requisitos. Efeitos. Procedimento. Credores abrangidos pelo plano. Desistência do pedido.

b) Disciplina Jurídica da Concorrência. Princípio constitucional da livre iniciativa. Concorrência desleal. Modalidades de concorrência desleal. Repressões: civil e penal. Infração da ordem econômica. Órgãos administrativos de repressão às infrações. CADE e INPI. Condutas infracionais. Sanções por infração da ordem econômica.

c) Duplicata mercantil. Natureza jurídica. Requisitos. A vinculação da duplicata à fatura.

PONTO XVI

a) Instituto da recuperação (Lei nº 11.101/05). Aspecto multidisciplinar da Lei. Interpretação principiológica. Sucessão, de qualquer espécie, nas obrigações do devedor.

b) Contratos empresariais. Noções gerais. Formação do contrato. Contrato por correspondência. Momento de sua formação. Contratos de adesão.

c) Remessa da duplicata e aceite. A duplicata sem aceite. A retenção da duplicata. Endosso e aval. Ação de cobrança. Triplicata. Fatura e duplicata de prestação de serviços.

PONTO XVII

a) Sistema Financeiro Nacional. Constituição. Estrutura e funções do Sistema Financeiro Nacional. Competências de suas entidades integrantes. Instituições financeiras públicas e privadas.

b) Contrato de transporte de pessoas. Formação e classificação. Incidência do Código de Defesa do Consumidor. Cláusulas abusivas. Transporte de passageiros. Direitos e obrigações do passageiro e do transportador. Bilhete de passagem. Transporte benévolo e responsabilidade civil.

c) Propriedade Industrial. Legislação. Patentes: invenção e modelo de utilidades. Requisitos para a concessão de patentes. Cessão de direitos. Licença compulsória. Extinção da patente.

PONTO XVIII

a) Sociedade limitada. Administração. Indicação de administradores estranhos ao quadro social. Investidura e destituição. Publicidade. Responsabilidade do administrador. Delegação de poderes.

b) Contrato de comissão. Partes. Obrigações e responsabilidades. Remuneração do comissário. Comissão *del credere*. Contrato de Representação ou Agência. Características da representação. O representante

é um empresário? Exclusividade da representação. Comissão sobre as vendas. Foro competente. Natureza do crédito na falência do representado.

c) Conhecimento de frete ou de transporte. Natureza jurídica. Figuras intervenientes. Formas de circulação. A responsabilidade do endossante. O *stoppage in transitu*. A responsabilidade do emitente. Cláusula de não indenizar. Conhecimento de transporte multimodal.

PONTO XIX

a) Deliberações sociais. O conceito de maioria. Assembléia e reunião de quotistas. Dispensa. Convocação e instalação. Quorum. Ilegalidade e a responsabilidade dos sócios. O conselho fiscal na sociedade limitada. Dissolução, liquidação e extinção da sociedade. Unipessoalidade temporária.

b) Abuso do direito e fraude através da personalidade jurídica. Doutrina da desconsideração da pessoa jurídica.

c) Conhecimento de depósito e *warrant*. Legislação. Emissão. Circulação. O primeiro endosso do *warrant*. A responsabilidade do endossante do conhecimento. O procedimento de cobrança do *warrant*. A execução do saldo.

PONTO XX

a) Deveres e responsabilidades dos administradores. Ação de responsabilidade.

b) Contrato de *factoring*. Definição. Características. Partes: faturizador (factor) e faturizado. A cessão dos créditos ao factor. Obrigações acessórias.

c) Cédulas e Notas de Crédito: rural, industrial, comercial e à exportação. As garantias da cédula de crédito. Sua circulação. A inscrição da cédula. Processo de execução da cédula. A capitalização de juros. Outros títulos de crédito rural: duplicata rural e nota promissória rural. Cédula de Produto Rural (CPR). Cédula de crédito bancário.

DIREITO TRIBUTÁRIO

PONTO I

- a) Poder de tributar e competência tributária
- b) Competência tributária federal
- c) Ilícitos e sanções tributários

PONTO II

- a) Fontes da norma tributária
- b) Competência tributária estadual

c) Delitos contra a ordem tributária

PONTO III

- a) Princípios tributários da legalidade e da determinação conceitual
- b) Competência tributária municipal
- c) Execução contra a Fazenda Pública

PONTO IV

- a) Princípios da irretroatividade e da anterioridade da lei tributária
- b) Classificação dos tributos e, em especial, dos impostos
- c) Processo administrativo tributário

PONTO V

- a) Princípios tributários de vedação ao confisco e da livre circulação
- b) Imposto sobre a transmissão causa mortis e sobre doações
- c) Execução fiscal: competência

PONTO VI

- a) Princípio da igualdade tributária e subprincípios derivados
- b) Imposto sobre a propriedade de veículos automotores
- c) Execução fiscal: recurso

PONTO VII

- a) Princípio da capacidade contributiva e seus corolários
- b) ICMS
- c) Fato gerador da obrigação tributária

PONTO VIII

- a) Imunidades
- b) Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana
- c) Obrigação e créditos tributários. Lançamento tributário

PONTO IX

- a) Vigência e aplicação da lei tributária
- b) Imposto sobre serviços de qualquer natureza
- c) Execução fiscal: garantias do Juízo

PONTO X

- a) Interpretação e integração da legislação tributária
- b) Imposto sobre a transmissão onerosa de bens imóveis
- c) Execução fiscal: legitimidade passiva

PONTO XI

- a) Obrigação tributária: sujeição ativa e passiva
- b) Taxas
- c) Ações constitucionais de controle concentrado em matéria tributária

PONTO XII

- a) Responsabilidade por substituição tributária
- b) Empréstimos compulsórios
- c) Sigilos profissional, bancário, das comunicações e fiscal

PONTO XIII

- a) Responsabilidade tributária dos sucessores e de terceiros por infrações
- b) Contribuições de melhoria
- c) Execução fiscal: defesa do executado e de terceiro

PONTO XIV

- a) Obrigação tributária: base de cálculo e alíquota
- b) Contribuições especiais
- c) Exceções na execução fiscal

PONTO XV

- a) Suspensão da exigibilidade do crédito tributário
- b) Garantias e privilégios da Fazenda Pública
- c) Taxa judiciária, custas e emolumentos

PONTO XVI

- a) Extinção do crédito tributário
- b) Dívida ativa
- c) Processo judicial tributário: ações declaratória e anulatória

PONTO XVII

- a) Pagamento do crédito tributário e suas modalidades
- b) Evasão e elisão fiscais. Norma antielisiva. Interpretação econômica
- c) Processo judicial tributário: mandado de segurança

PONTO XVIII

- a) Decadência e prescrição do crédito tributário
- b) Administração e fiscalização tributárias. Certidões negativas
- c) Processo judicial tributário: ação consignatória

PONTO XIX

- a) Isenções não-incidência, alíquota zero
- b) Elementos da obrigação tributária
- c) Processo judicial tributário: ação repetitória; ação com pedido compensatório

PONTO XX

- a) Exclusão do crédito tributário
- b) Não cumulatividade do tributo
- c) Processo judicial tributário: medidas cautelares

Rio de Janeiro, 21 de janeiro de 2008.

Desembargador **JOSÉ CARLOS SCHMIDT MURTA RIBEIRO**,
Presidente da Comissão de Concurso.